



OS RELATOS DE NAUFRÁGIO E A RETÓRICA DA PRUDÊNCIA

THE SHIPWRECK REPORTS AND THE RHETORIC OF PRUDENCE

Cleber Vinicius do Amaral Felipe¹

RESUMO

Este artigo investiga a maneira como os relatos de naufrágio coletados por Bernardo Gomes de Brito na *História Trágico-Marítima* se amparam em uma “retórica prudencial”. Para analisá-los historicamente, é preciso levar em conta seu caráter pedagógico e sua afinidade com a noção ciceroniana de *historia magistra vitae*. Logo, os narradores buscavam deleitar, mas também instruir seus leitores quanto aos perigos implicados em uma travessia marítima.

Palavras-chave: Relatos de naufrágio; Prudência; Retórica.

ABSTRACT

This article investigates how narratives of shipwreck collected by Bernardo Gomes de Brito in the *História Trágico-Marítima* are supported by a “prudential rhetoric”. To analyze this genre historically, it is necessary to consider their pedagogical character and its affinity with the Ciceronian notion of *historia magistra vitae*. The narrators sought to delight, but also to instruct their readers as to the dangers involved in a sea crossing.

Keywords: Narratives of shipwreck; Prudence; Rhetoric.

1 Docente do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica, cleber.ufu@gmail.com.

Introdução

Este trabalho tem por objeto a *História Trágico-Marítima* (1735-1736), de Bernardo Gomes de Brito, e analisa de que maneira os relatos de naufrágio propõem o éthos do navegante português com base na virtude ético-política da prudência. Essa forma de proceder ajusta-se àquilo que chamamos de “retórica prudencial”, ou seja, de um comportamento racional supostamente capaz de impedir novos naufrágios. Para tanto, atendendo aos pressupostos da história mestra da vida, tópica ciceroniana duradoura que alcançou a era das grandes navegações, as relações figuraram um timoneiro habilidoso pela inversão: ao invés de retratar a conduta correta dos nautas, as narrativas costumavam censurar os homens desprovidos de bom senso que foram responsáveis pelos incidentes marítimos. Sendo assim, depois de um breve comentário sobre a *História* britânica, pretende-se elaborar uma reflexão sobre a virtude da prudência e analisar de que maneira os relatos de naufrágio a empregaram com o intuito de proporcionar orientações náuticas.

A História Trágico-Marítima

A *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1998), divide-se em dois tomos, publicados respectivamente em 1735 e 1736. No tomo I, com um total de 479 páginas, encontramos a dedicatória ao rei D. João V, as licenças (papal, episcopal e real), um index e seis relações de naufrágio. No tomo II, que soma 538 páginas, constam as licenças, o index e outras seis relações. São, portanto, doze relações de naufrágio escritas ao longo de 50 anos (1552-1602). Quatro delas (III, VI, VIII e XI) focalizam a viagem de ida e sete (I, II, IV, V, IX, X, XII) apresentam-nos a torna-viagem. O relato de número VII ocupa-se somente de uma parcela do retorno (Brasil-Portugal). A extensão das narrativas varia: o quarto relato, sendo o menor, soma 33 páginas. O sexto conta com um total de 128 páginas. Dois dos relatos (I, VII) apresentam um prólogo, e apenas um (XII) exibe uma dedicatória. Três deles (VI, X, XI), embora destituídos de prólogo, delimitam bem o exórdio, com informações introdutórias.

As informações sobre os autores das relações, no geral, são escassas, mas alguns deles gozam de notoriedade, muitas vezes em razão de outros escritos: é o caso de Diogo de Couto, que continuou a escrita das *Décadas da Ásia* após a morte de João de Barros. João Batista Lavanha, por sua vez, foi cosmógrafo-mor de Portugal e, além de tratados sobre a arte da navegação, escreveu genealogias de reis. Manuel de Mesquita Perestrelo, que chegou a ser capitão da fortaleza de Maluco por três anos, deixou-nos, em 1576, um roteiro de viagem que orienta no trecho situado entre o Cabo da Boa Esperança e o Cabo das Correntes. Sobre outros narradores (caso de Henrique Dias, Manuel Rangel, Gaspar Afonso, Melchior Estácio do Amaral e Manuel Godinho Cardoso) pouco se sabe (MONIZ, 2001, p. 16-21).

Os relatos apresentam algumas características em comum: a adoção da narrativa *in ordo naturalis*, a moderação dos elogios às personagens, a opção por uma narrativa clara e

verossímil, a valorização do sentido da visão em detrimento da audição, o uso de digressões, exemplos, descrições e ampliações, a recorrência a um gênero humilde ou tênue, a retratação de uma história de caráter providencialista, o domínio de termos náuticos, latinos, astrológicos, a emulação de *auctores* consagrados pela tradição retórico-poética (HANSEN, 2004, p. 32). Eles devem ser lidos a partir das regras discursivas de seu tempo: quando são apreendidos como exteriores à sua própria história (reflexo da realidade, pessimismo, oposição ideológica à empresa descobrimentista, prenúncio do Barroco, originalidade estética e/ou ressentimento psicológico), normalmente se deixa de lado seu estilo, entendido como linguagem “fortemente regrada por prescrições de produção e de recepção” (HANSEN, 2004, p. 32). As tópicas retóricas não devem ser lidas como empiria, pois esta leitura desconsidera as particularidades histórico-retóricas do discurso e valoriza um vivido psicológico improvável.

O conceito de prudência

Desde o século IV a. C., com Aristóteles, a *phrónesis* é a virtude responsável pela determinação da justa medida. O homem prudente, capaz de fornecer um julgamento reto, consegue deliberar com eficácia tendo em vista uma ação contingente. Assim, não basta “saber o que é justo e nobilitante. É preciso, acima de tudo, *saber escolher o justo*, transformá-lo em ação e conduta”, o que é possível por meio da “ponderação de cada acidente, de cada lance fortuito a que os homens estão sujeitos” (TEIXEIRA, 2008, p. 60). O *phrónimos* deve se orientar de acordo com a reta razão, uma vez que a prudência é uma faculdade intelectual atrelada à parte calculadora da alma racional. O desejo de ser bom e de ocasionar o bem principia a resolução acertada e o cálculo a ser aplicado perante a contingência das coisas humanas. É de vital importância, portanto, a consideração das ocasiões e das oportunidades (*kairós*).

Tomás de Aquino (2005, p. 156-171) também buscou entender o conceito de prudência. Em 2005, Jean Lauand editou um tomo da *Suma Teológica* no qual o teólogo, em diálogo com Aristóteles, discorreu sobre o conceito em questão. Ele definiu essa virtude como *recta ratio agibilium* (reta razão aplicada ao agir), uma forma de razão prática que leva o homem a priorizar o bem comum em detrimento de suas vontades particulares. Esta premissa afina-se aos dizeres de Aristóteles (2009, p. 132-134) quando, em sua *Ética a Nicômaco*, afirmou que a sensatez corresponde à capacidade de agir com prudência e temperança, o que implica levar em consideração o bem estar geral. A valorização do bem comum, conceito que integra a matriz das reflexões de Aquino sobre a prudência, implica o abandono das vaidades, dos laços profanos e iníquos, e a total devoção ao corpo místico da Igreja que, em tese, deveria ser regido organicamente, de modo a unir todos os seus agregados/subordinados em torno de protocolos inteiramente cristãos. Tal como o corpo humano, que deve manter seus membros em harmonia para não haver prejuízos no seu funcionamento, também a Igreja deveria unir os fiéis e expurgar ou expulsar os contrários. Pode parecer contraditório, mas o livre-arbítrio, neste caso, deve servir à subordinação voluntária do sujeito à conformidade do bem-estar humano.

É preciso que a aproximação entre Aristóteles e Aquino não obscureça algumas reservas a serem feitas, pois o primeiro escreve sobre um modelo de ação voltado para a relativa suficiência do homem. A prudência em Aristóteles seria uma virtude intelectual que possibilitaria a orientação das ações humanas tendo em vista o seu teor incerto e, na maioria das vezes, imprevisível. Tomás de Aquino, por sua vez, afirma que a prudência é parte de um modelo de conduta inteiramente afinado à vontade da Providência. Este modelo reproduz os desígnios divinos ainda que pautado nas limitações humanas, tratando-se, portanto, de um atributo que se situa entre a virtude intelectual e a virtude moral. Embora ambos concordem com a definição da prudência como “reta razão aplicada ao agir”, é preciso quebrar com a noção anacrônica segundo a qual Tomás de Aquino se adequa inteiramente à doutrina aristotélica.

Em sua tese de doutoramento, Felipe Charbel Teixeira questiona o conceito de prudência em Maquiavel (1469-1527) e em Guicciardini (1483-1540), afirmando que, na acepção de ambos, essa virtude remonta a uma “reta razão”, ainda que sob novas vestes. No caso, a prudência traduz-se em uma maneira de lidar com o contingencial, com o incerto. Daí a metáfora que Teixeira faz alusão no título de sua tese: “timoneiros”, tópica que remonta à arte da navegação. Um bom navegante deveria ter bom juízo e ser capaz de examinar as transformações e sutilezas das coisas humanas e antever os acidentes. Convém lembrar, com Hansen (2005, p. 181), que Platão e os estoicos gregos “sistematizaram a alegoria do piloto que conduz o navio a um porto seguro através do mar tempestuoso, para significar o bom governante que conduz a cidade com segurança através das dificuldades políticas”.

A tomar pelos escritos de Maquiavel e Guicciardini, Teixeira destaca a possibilidade de conjugação entre o cálculo preciso e a boa administração das práticas letradas, que delineiam retoricamente categorias comuns e necessárias à preservação de um padrão de prudência. Em outras palavras, ser prudente implica poder estimar, conforme as circunstâncias e ocasiões, as possibilidades de agir com precisão e sucesso, sem esquecer ou desvalorizar as práticas letradas e os argumentos de outrora. Trata-se não mais da *phrónesis* aristotélica, tampouco da *prudentia* tomista, mas de um novo padrão de retidão: “uma *prudenzia* distanciada do quadro das virtudes cardeais e dos imperativos éticos que a atrelavam à justiça e às demais virtudes morais” (TEIXEIRA, 2008, p. 17).

Este atributo passa a ser concebido, então, como “disposição calculativa retoricamente vinculada ao decoro letrado dos gêneros discursivos e à produção de efeitos persuasivos” (TEIXEIRA, 2008, p. 17). Para Teixeira (2008, p. 82), portanto, a prudência em ambos os autores que estuda não deixa, em absoluto, de ser uma *recta ratio*. O que se modifica, assevera, é o que se concebe como “reta razão”, uma vez que Maquiavel e Guicciardini se distanciam da filosofia segundo a qual essa retidão se associa a um imperativo ético de justiça. Dessa forma, ambos se aproximam da filosofia aristotélica ao conceber a prudência como uma disposição prática, distanciando-se, por outro lado, de Cícero, que considera a interdependência entre prudência e justiça. Aproximam-se de Cícero, no entanto, ao atribuírem à prudência um caráter

de predição associada, sobretudo, aos assuntos políticos. Há, nesse aspecto, uma releitura das três dimensões da prudência ciceroniana: memória – releitura do passado – inteligência – compreensão do presente – e previsão – antecipação das ocorrências vindouras.

Além de se certificar da inconstância da natureza humana, Maquiavel assegura que o passado se repete insistentemente no futuro, com algumas variações relativas à contingência dos assuntos humanos. Por isso, a imitação dos bons exemplos possibilitaria o cálculo mais ou menos certo e a previsão de ocorrências futuras. Apesar de não chegar a ser um antídoto preciso contra a fortuna, a prudência é, ao menos, um paliativo que confere ao homem certa segurança, tornando-o menos vulnerável aos caprichos do acaso. Assim, Maquiavel adverte que o homem que não possui *virtù* pode aparentar tê-la, bastando repetir os passos de um arqueiro prudente que, ajustando a mira do arco, pode vencer os vários obstáculos dispostos entre o ponto de disparo e o alvo.

Uma das diferenças fundamentais entre a *prudentia* tomista e a *prudenzia* em Maquiavel é, portanto, a forma de se conceber a verdade: em Aquino, a verdade é inflexível, natural, porque associado à *sinderesis*; em Maquiavel, a *verità effettuale* é provisória. Essa última nos remete aos bons efeitos retóricos a serem causados em um auditório composto por homens prudentes (TEIXEIRA, 2008, p. 84-90). Esse detalhe, dentre outros, demonstra a pertinência da associação entre prudência e retórica, que se ampara, sobretudo, no domínio do provável. Sobre a *sinderesis*, por outro lado, Baltasar Gracián (1998, p. 60), em seu tratado sobre a prudência, afirma que se trata “do trono da razão, da base da prudência”, uma “inclinação conatural a tudo o que mais se conforma à razão”. É, por fim, uma “dádiva do céu”, o que pressupõe o caráter inflexível e natural que lhe é comum.

O conceito de prudência é fundamental quando se busca compreender a antiga concepção de história, que exercia uma função instrutiva ao catalogar atitudes e comportamentos exemplares e/ou censuráveis. A *historia magistra vitae*, não poderia prescindir da *prudentia*. Ambas, como veremos, amparam e orientam os relatos de naufrágio. Antes de partir para as narrativas portuguesas, no entanto, é preciso compreender melhor o que chamamos de “história exemplar”.

História mestra da vida

Tucídides tratou da guerra entre atenienses e peloponésios, assegurando a grandiosidade desse evento. Em seu proêmio, declara a ausência do teor mítico em detrimento de uma escrita clara e útil, que teria serventia duradoura: *ktema es aiei*, aquisição para sempre. Sua narrativa, baseada em indícios e no exame apurado, na autópsia, denota uma busca criteriosa pela verdade (HARTOG, 2011, p. 63). Quando registra, por exemplo, os sintomas e distúrbios causados pela peste que assolou Atenas, Tucídides zelava por “legar aos homens vindouros o conhecimento informativo preciso que lhes capacitasse reconhecer, no futuro, um eventual

surto daquela epidemia que atrozmente surpreendera seus contemporâneos” (PIRES, 2012, p. 503). Os remédios humanos se mostraram inúteis contra essa ocorrência: nota-se um estado de anormalidade no qual também o médico perece, por manter contato com os pacientes contaminados. É um fenômeno proteico, como indica Murari Pires, pois se manifesta de forma múltipla e contraditória, variando em rápidas sucessões e metamorfoses que se esquivam do entendimento humano. Mudança sutil do *kléos* épico ao *ktema* tucidideano, que permite a persistência da figura do herói: não mais por meio da *métis* de Ulisses ou da ira de Aquiles, mas da prudência de Péricles e da clarividência de Temístocles.

Políbio (HARTOG, 2001, p. 121), por sua vez, propõe uma história “pragmática”. Ele diz: “nós que não buscamos tanto o prazer do futuro leitor, mas a utilidade dos que desejam aprender, deixamos de lado todo o resto para consagrar-nos a esta parte”. Desse modo, ele segue os passos de Tucídides ao afirmar a centralidade da *utilitas* na escrita da história. A história pragmática, no caso, é composta por três partes: do estudo diligente de memórias e de outros documentos, da análise de eventos políticos e do reconhecimento de cidades, rios, lugares, lagos, distâncias, enfim, da geografia. Não por acaso, Políbio considera Ulisses o primeiro grande historiador, pois, em seu retorno a Ítaca, ele viu, conheceu pessoalmente e passou por aflições. Como afirma Hartog, a história, nesse caso, deveria oferecer uma “educação política mais eficaz”, “o melhor treino para a ação” e ensinar “a suportar dignamente os reveses da fortuna”.

Os historiadores romanos também retomam as discussões sobre a *utilitas*, implicada na tópica ciceroniana da história exemplar, que é bem conhecida entre os historiadores: “a história é testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado” (HARTOG, 2008, p. 557). Por isso, cabia ao orador prudente narrar os eventos históricos, pois ele conhecia, simultaneamente, a matéria a ser tratada e a forma adequada de dizê-la.

Assim, se em Tucídides existe a pressuposição tácita de que o *phronimos* é potencialmente o melhor historiador, por ser capaz de observar e compreender com clareza as variações da realidade sem se deixar levar por simpatias e partidarismos diversos, conformando a fidúcia necessária à validação do procedimento da autópsia, em Cícero a unidade retórica entre *res* e *verba* só pode ser alcançada pelo prudente, um orador eloquente que seja ao mesmo tempo profundo conhecedor da matéria tratada (TEIXEIRA, 2008, p. 167).

Se em Tucídides era necessário ver para crer, em Cícero o ver se relacionava à elocução narrativa, ou seja, ele afirma que é por meio da palavra que se coloca a matéria histórica “diante dos olhos” dos leitores. Salústio, de forma parecida, busca produzir uma lição honesta a partir dos modelos de virtude que apresenta. Em *Guerra de Jugurta*, além de reforçar a utilidade da memória dos fatos passados, Salústio utiliza uma analogia que esclarece a forma como concebe esta utilidade: os retratos dos ancestrais.

Sem dúvida, aquela cera e argila não têm em si tanta força, mas a memória dos fatos passados faz crescer essa flama no peito dos homens excepcionais, não se apaziguando antes de sua virtude ter igualado sua reputação e sua glória. Ao contrário, pelos costumes de hoje, quem dentre todos não rivaliza com seus ancestrais pela riqueza e gastos, não pela probidade e atividade? (HARTOG, 2001, p. 173)

Já em *Conjuração de Catilina*, parece predominar um elogio à prudência, entendida como a principal das virtudes por articular a concórdia civil e o equilíbrio dos apetites, como afirma Felipe Charbel (2008, p. 175). Ao amplificar as virtudes de César e Catão e vituperar os vícios de Catilina, Salústio inventa um éthos virtuoso e outro vicioso. Tal como Cícero, Salústio detém conhecimentos políticos e militares. Além disso, ele insiste na centralidade do narrar, como afirma Sebastiani (2007, p. 80-81):

Se Salústio não vivenciou o período, conhecia todavia muito bem o ambiente senatorial e o jogo político romano, do qual participou sob auspícios de César, até retirar-se para escrever história. Muito mais do que uma forma de crítica indireta à sua própria época, o enfoque no passado remoto se baseia na convicção de que a experiência presente somada a algum outro instrumento teórico permitiria que o historiador se libertasse dos laços que o prendem ao presente. Esse instrumento teórico se fundamentava numa ideia comum entre Cícero e Salústio: a de que a história é tarefa de indivíduos capacitados para escrevê-la, mas que não necessitam especificamente de experiência direta dos fatos narrados, e sim do conhecimento da maneira apropriada de narrá-los.

No que se refere a Cícero, François Dosse (2012, p. 95-96) fala de uma “poética da história”, que “obedece ao horizonte de busca da verdade com o fito moral de formação do homem”. Cícero prioriza, segundo Dosse, um discurso que “deve permanecer num estilo fluente e amplo, conservar um ritmo regular, ampliando-se ao evitar as asperezas”. Em seguida, o autor afirma que esta poética da história tem, por princípios básicos, a prudência e a justiça.

Embora a tópica *Historia Magistra Vitae* tenha sido cunhada por Cícero, vimos que a ideia de a história ser um saber privilegiado na orientação do agir é virtualmente tão antiga quanto a invenção da historiografia grega. Marcelo Jasmin (2005, p. 17) recorda que “a suposição das potencialidades pragmáticas do conhecimento histórico era lugar comum na consciência historiadora anterior” a Cícero. Ele continua:

A empresa historiográfica original, verdadeira “operação contra o tempo”, cuja pretensão era “salvar do esquecimento” (Heródoto) as ações dignas por sua grandeza para transformá-las numa “aquisição para sempre” (Tucídides), sugeria entre suas finalidades primordiais conhecer no passado as bases adequadas para o agir presente. Conhecer a história, supunha-se, poderia levar os homens a repetirem os sucessos anteriores sem incorrerem novamente em antigos erros. Num contexto de pensamento em que a imitação da experiência alheia era prescrita como remédio para a ausência de experiência própria, e em que se considerava o sucesso anterior dos grandes homens como bom critério na avaliação do possível êxito das ações contemporâneas, a história ganhou o estatuto de saber indispensável à formação dos homens públicos. (JASMIN, 2005, p. 17)

Marcelo Jasmin destaca, ainda, a vocação pedagógica, pragmática e paradigmática da história mestra da vida: pedagógica porque orienta o agir no presente a partir de lições extraídas do passado; ela é também pragmática, com “seu conteúdo ético-político voltado para a ação individual à qual se creditava a força impulsionadora da política e se reservava o lugar primordial na narrativa”; por fim, ela é paradigmática porque “seu método de ensino se consubstanciava na difusão daquelas situações consideradas exemplares e que serviam, por isso mesmo, como verdadeiros modelos de conduta para todos os homens” (JASMIN, 2005, p. 19). Considerada em sua longa duração, esse *topos* não é concebido de forma homogênea: Heródoto investiu no relato dos costumes de gregos e “bárbaros” para entender as guerras médicas. Para Tucídides, a história deveria estar necessariamente ligada aos assuntos políticos para assegurar sua validade. Em Cícero, a história estava revestida de um teor moral, da mesma forma que a historiografia cristã medieval, que pretendia “apresentar a essência pecaminosa do homem e a alternativa paradigmática da santificação” (JASMIN, 2005, p. 20).

A história providencial portuguesa

Pensemos, agora, nas especificidades da história cristã portuguesa dos séculos XVI e XVII levando em conta as considerações de Hansen (2006, p. 58) sobre o assunto:

A principal dessas especificidades é o modo *qualitativo* pelo qual concebem a temporalidade como emanção ou criação de Deus que inclui a natureza e a história, subordinando-as providencialmente no projeto de salvação. A representação propõe que a natureza e a história são simultaneamente efeitos criados por essa Causa e signos reflexos dessa Coisa, ou seja, que ela mesma, representação de efeitos e signos, é signo e efeito. A história, incluída no tempo como uma de suas figuras proféticas, é concebida providencialmente, pois recebe do tempo, que é criado, sua participação na substância divina, que a aconselha e orienta para um fim superior. A concepção relaciona a experiência do passado e a expectativa do futuro como previsibilidade, pois afirma-se que a Identidade de Deus, Causa Primeira, repete-se em todas as diferenças históricas do tempo, tornando análogos ou semelhantes todos os seus momentos, desde a Criação até o presente dos intérpretes.

Raphael Bluteau (1712-1728, p. 39), por meio da autoridade de Santo Agostinho, lembra que a Sagrada Escritura é portadora de uma história irrefutável. Logo, o conteúdo dos relatos de naufrágio inclui, necessariamente, a presença de Deus, que se repete “em todas as diferenças históricas”. Não há punição que não Lhe diga respeito, não há acontecimento no qual Ele não esteja presente. Há, porém, limitação humana, pois o homem não entende com clareza os sentidos da justiça divina. Se todos os momentos históricos são análogos, justamente por implicarem a identidade de Deus, deduz-se que a história pode ensinar maneiras de agir conformadas à vontade da Providência. Nesse sentido, a história ensina a reta razão e demonstra como aplicá-la ao agir, a partir dos erros ou dos acertos alheios. Em outras palavras, ela ensina prudência.

Nos relatos de naufrágio existem duas grandes fórmulas em se tratando da exemplaridade da história: em uma delas, se busca ensinar prudência por meio do relato das viagens e dos erros/acertos dos homens de outrora. Na outra, pretende-se preservar a memória da intervenção providencial, única realmente capacitada a livrar os nautas dos grandes males ocorridos no decorrer da viagem.

Na carta dedicatória do relato de naufrágio da nau *Conceição* (1627), por exemplo, João Carvalho Mascarenhas declara a serventia de sua narrativa, que é fundada “sobre uma matéria de pouca estima e baixo sujeito, por serem sucessos acontecidos entre escravos e cativos”, o que não deixa de ter algum espírito e curiosidade, nem deixa de “ser exemplar em história”. Quanto aos trabalhos mencionados no relato, diz ele, “não perde nada sabê-los quem não os experimentou”. A utilidade da matéria tratada fica ainda mais evidente no trecho seguinte: “Não se isentando ninguém por mais próspero que seja, de cuidar que lhe pode acontecer o que tem acontecido a tantos, e o que tem notícia de coisas semelhantes já sabe se há-de haver nelas” (PERES, 1937, p. 25).

Padre Júlio Francisco, responsável pela licença do Ordinário presente no primeiro tomo da coletânea, afirma que Bernardo Gomes de Brito trata dos “lastimosos” e “infelices” sucessos das naus da Carreira, reunidas em um livro cuja lição, suave e agradável, não desagrada em nada os bons costumes da Santa Fé. Ele é utilíssimo “para que os que houverem de navegar, desenganados dos muitos e gravíssimos perigos de vida a que se expõem, concebam um santo temor da morte”, e para “os que ficarem em terra compadecendo-se dos navegantes os ajudem com fervorosas orações a escapar de tamanhos perigos: e todos nas calamidades de sucessos tão lamentáveis aprendam a miséria e inconstância deste mundo” (BRITO, 1735, s/p). Na licença do Paço, Frei Lucas de Santa Catharina é brevíssimo ao mencionar a dignidade do trabalho do compilador, “útil aos cultivadores da Historia” (BRITO, 1735, s/p). Frei Manoel de Sá, na licença do Santo Ofício, afirma tratar-se de um “teatro da História”, no qual é encenado um papel “verdadeiramente trágico” e exemplar.

Padre José Troyano, na licença do Santo Ofício do segundo tomo da coletânea, insiste na necessidade de se relatar as ocorrências do naufrágio como paga pela salvação providencial, citando a autoridade do Eclesiástico: “*Qui navigant mare, enarrent pericula*”. Trata-se de um fragmento da passagem bíblica que diz o seguinte: “Os que navegam sobre o mar contam os seus perigos; ouvindo-os, ficaremos arrebatados de admiração” (Ec 43: 26). Só experimentando a braveza do mar e a força da tormenta para “representar vivamente” uma tempestade desfeita. Dessa vez, o padre cita Virgílio para estabelecer uma analogia entre a prática antiga de pendurar no Zambujeiro (espécie de oliveira) os despojos do naufrágio e o livro de Brito, que dá a conhecer os naufrágios portugueses:

*Forte sacer Fauni foliis Oleaster amaris
 Hic steterat, nautis olim venerabile lignum,
 Servati ex undis ubi figere dona solebant
 Laurenti divo et votas suspendere vestes.*
 (BRITO, 1736, s/p)

Sagrado, acaso, a Fauno um zambujeiro
 De amargas folhas nesse campo havia,
 Lenho outrora dos nautas venerado,
 Que ao naufrágio escapando, vinham nele
 Dons pendurar ao Nume de Laurente
 E as devotadas vestes.
 (VÍRGILIO, 2004, p. 404)

A serventia do livro, portanto, é múltipla: é obra que comove e incentiva o “agradecimento a Deus Senhor Nosso” pelas misericórdias recebidas e é útil “aos que navegam às partes da Índia, e continuamente cursam aquela Carreira, para que no perigo alheio aprendam a evitar o próprio” (BRITO, 1736, s/p). A censura do Frei José da Assumpção, Qualificador do Santo Ofício, diz que o livro deve ser apreendido como

[...] espelho em que cada um dos que neste proceloso mar deste mundo vivem, todos os dias se contemplem: pois nada menos (proporcionadamente) em a terra se encontra, do que em mar acontece: certo para a terra, e mar he este livro útil, e proveitoso, porque dos infortúnios, que em hum e outro elemento se experimentam, e das misericórdias de Deus, que tanto em uma como em outra parte nos assistem, faz a expressam que basta para todos crerem estas já mais não hão de faltar a quem souber animosamente depreca-las: lograram-na os invictos Varões dos quais esta presente história nos faz especial menção (BRITO, 1736, s/p).

O censor menciona a grandiosidade da história narrada e dos nautas que a protagonizaram, já que “as adversidades não puderam eximi-los do amor que à virtude tinham”. Ele cita Lucano, que diz “*Crevit in adversis virtus*” (Sua coragem cresceu com a adversidade) e um provérbio latino, “*Felix, quem faciunt aliena pericula cautum*” (Feliz daquele que aprende com os erros alheios), para conferir autoridade à seguinte assertiva: “são ditosos para o mundo aqueles a quem os perigos alheios fazem acautelados para em semelhantes não caírem”. Outra utilidade do livro é a possibilidade de “aprender nele o como se alcança de Deus a sua piedade, temendo a Divina justiça, avisados de outros, antes que de si mesmos se valham”. Frei José de Assumpção menciona o que disse Valerius Maximus: “*Lento gradu ad vindictam sui Divina procedit ira, tarditatemque suplicii gravitate compensat*” (A ira divina avança em passo lento para a vingança Sua, mas compensa com a gravidade o tardio do suplício), e Provérbios, “*Quem diligit Dominus*

corripit”, fragmento do versículo “Porque o Senhor repreende aquele a quem ama, assim como o pai ao filho a quem quer bem” (Pro 3: 12). Frei Xavier de Santa Tereza, responsável pela licença do Paço, emula o relato de naufrágio narrado pelo cosmógrafo João Baptista Lavanha ao dizer que o livro de Brito é o “melhor Roteiro a todos os navegantes dos mares da Índia”, no qual não se pode achar nada que se oponha ao espírito das “prudentes Reais Leis” (BRITO, 1736, s/p).

No exórdio no relato de naufrágio da nau *Santo Alberto*, o narrador menciona como a narrativa pode orientar a partir da prudência, pois o naufrágio

[...] ensina como se devem haver os navegantes em outro que lhes pode acontecer, de que remédios proveitosos usarão nele e quais são os aparentes e danosos de que devem fugir, que prevenções se farão para ser menor a perda no mar e mais segura a peregrinação por terra, como com menos perigo desembarcarão nela. E a causa da perdição desta nau (que é o quase de todas as que se perdem), a relação do caminho mostra qual devem seguir e deixar, que apercebimentos farão para a sua grandeza e dificuldade, como tratarão e comunicarão com os cafres, com que meios farão com eles o necessário comércio, e sua bárbara natureza e costumes (BRITO, 1998, p. 375).

Na sequência, ele complementa:

E para que de cousas tão importantes e novas se tenha o necessário conhecimento, escrevo este breve tratado, resumindo nele um largo cartapácio que desta viagem fez o piloto da dita nau, o qual emendei e verifiquei com a informação que depois me deu Nuno Velho Pereira, capitão-mor que foi dos portugueses nesta jornada (BRITO, 1998, p. 375).

O “cartapácio” é um livro de mão com anotações do piloto, que o narrador lê, confere e emenda com a ajuda de Nuno Velho Pereira, capitão de Sofala (Moçambique). A posição do narrador, na situação de “cosmógrafo-mor”, justifica a introdução e os apontamentos sobre a utilidade dos relatos de naufrágio.

O mesmo pode ser dito sobre a conclusão do tratado das batalhas que fecha a coletânea de Brito, que lega lição aos pósteros:

O verdadeiro partir de Lisboa há-de ser antes que o Sol passe a Equinocial; bem de experiência há disso; e porque isto se não previne a tempo, arribam tantas naus, como arribaram no ano de 1601, que de nove que partiram arribaram cinco; e também se arriscam a muito as naus que não partem da Índia dentro em dezembro, para passarem o cabo de Boa Esperança no verão daquele polo em que então está o Sol. E finalmente, a felicidade desta carreira, mediante Deus, está em as naus não serem feitas de madeira verde, senão muito seca e colhida na lua velha de janeiro, no último da minguante e na minguante de dia, porque é verdadeira sezão de ser cortada (como as uvas vindimadas em setembro); tem então a madeira madurez, tem menos humor, é leve, seca mais depressa, dura mais, e não revê nem empena; e não só as naus de tal madeira serão mais leves e mais duráveis, mas mais fortes e estanques, porque a pregadura nesta madeira colhida de vez, é fixa, e fixo o calafetado. Consiste em serem as naus varadas a monte, para que se enxuguem e não se conservem úmidas; e bom é o conserto não ser de empreitada, nem cortando, porque tudo se fará à provisão que nisto desarma, e não convém. E as naus a que não for necessário conserto é muito importante, em descarregando, serem mui bem lavadas por dentro e muito bem esgotadas, passado o lastro acima para isso, porque o lodo e as águas chocas que trazem lhes apodrecem as quilhas e picas. Consiste, finalmente, em partirem em março de Lisboa antes do equinócio e da Índia dentro em dezembro e com carga ordinária, e não sobrecarregada; e todas estas cousas são factíveis, e podendo-se fazer, podia ser que não houvesse tantas perdas, que magoam até as pedras (BRITO, 1998, p. 542-543).

Há um sentido providencial que orienta a história. Basta retomar a licença do padre José de Assunção, qualificador do Santo Ofício, quando diz que se aprende, com essas relações, “como se alcança de Deus a sua piedade, temendo a Divina justiça, avisados de outros, antes que de si mesmos se valham”. Ou seja, aprende-se a navegar, mas também a temer a justiça divina e os meios de se alcançar sua piedade. Na sequência, ele diz que os castigos de Deus, “ensaio da sua ira”, são também “prendas do seu amor”, e é nesse momento que as ideias de “pessimismo” ou de “decadência” se tornam ineficazes. Não que a opinião de um censor venha a dirigir a leitura de todos os relatos, mas essa é uma noção corrente, presente em Tomás de Aquino, que as retira da Bíblia para representar a justiça insondável de Deus, que nem sempre é inteligível para os homens. Deus testa o homem, como fica claro em algumas passagens do livro sagrado, e pune com a intenção de fazê-los aliviar o peso dos pecados e, assim, alcançar a salvação.

A ideia de que as tragédias marítimas figuram metonimicamente as penas do inferno não considera que as histórias trágico-marítimas não são meras transposições de fatos, como fica evidente em seus discursos preambulares. A hipótese de que o relato de naufrágio representa o lado mais “realista” da empresa ultramarina negligencia que a “verdade” histórica, nesse caso, é escrita a partir de um elenco de lugares-comuns que buscam assegurar um efeito de verdade, que é modelado retoricamente e, portanto, não conhece o realismo e subjetivismo românticos que surgem com a(s) literatura(s) do século XIX. Tomar o naufrágio como metonímia de uma decadência portuguesa é problemático, pois incidentes marítimos abundam em histórias e

epopeias desde a Antiguidade, e que a fragilidade humana foi representada já nas mitologias greco-romanas, não sendo atributo particular do que reconhecem como sendo o “Barroco”. Por fim, não se deve ler o relato de naufrágio como sendo o reverso da dimensão positiva da epopeia, pois epopeia não é apenas luz, e história não é somente penumbra. Para letrados católicos que creram em Deus e, portanto, na orientação providencialista da história, seria impossível apreender um mundo no qual só existissem labores e penúrias. Por isso mesmo, é difícil falar de “pessimismo” ou de “decadência”, pois há uma retórica prudencial que une os mais diversos gêneros em um mesmo projeto salvífico.

Os relatos de naufrágio e a retórica prudencial

Os relatos de naufrágio indicam alguns caminhos prudentes que poderiam impedir incidentes marítimos. De acordo com Manuel Severim de Faria, o que mais causava naufrágios era o tamanho da nau e o concerto mal feito com uso inadequado da querena. Na época de D. Manuel, diz ele, as naus não ultrapassavam 400 toneladas. No reinado de D. João, as naus atingiram 800, 900 toneladas, destinadas a atender ao comércio. Poupar em não colocar outros vasos (navios ou galés) e transportar mais pimenta, que pareciam dois benefícios, acabou se mostrando desvantajoso: a quantidade elevada de pessoas (700, 800 homens) acentuava a disseminação de doenças, ocasionando muitas baixas. Em segundo lugar, grandes carregamentos estimulava a sobrecarga, entulhando caixas e outros bens diversos. Faria fala, particularmente, dos anos de 1591 e 1592, em que partiram 22 embarcações do reino, e apenas duas voltaram, isso porque eram mais frágeis e vieram com pouco carregamento. De acordo com o autor, houve um crescente endividamento no reinado de D. João, e D. Sebastião busca remediar a situação, imprimindo um regimento em 1570, que limitava a tonelagem das naus em 450. No reinado de D. Filipe I que, talvez por ironia, foi chamado de o prudente, mais uma vez as naus são ampliadas. Como os custos eram exorbitantes em termos de manutenção, resolveram utilizar a querena italiana, que não era conveniente às naus da Carreira da Índia. De três naus que partiam, afirma Faria, raramente chegavam duas, havendo um agravamento dos naufrágios. Ele menciona o caso da relação de naufrágio da nau *S. Alberto*, atribuída a João Batista Lavanha, e afirma que as naus pequenas são mais ágeis, recepcionam melhor os ventos, se mostram mais eficazes em situações de peleja, pedem menos fundo, ao contrário das naus maiores, e não se conforma com a cobiça dos marinheiros portugueses, que excedem a carga e não se atentam para a disposição dela (FARIA, 1655, p. 241-246).

De acordo com João Batista Lavanha, as tormentas do cabo da Boa Esperança não causaram o naufrágio da nau *Santo Alberto*, mas sim a querena e a sobrecarga, resultado da “cobiça dos contratadores e navegantes”:

Os contratadores, porque como seja de muito menos gasto dar querena a uma nau que tirá-la a monte, folgam muito com a invenção italiana, a qual posto que serve para aquele mar de levante a cujas tormentas e tempestades podem parar galés e onde cada oito dias se toma porto, neste nosso oceano é o seu uso uma das causas da perdição das naus, porque além de se apodrecerem as madeiras (posto que sejam colhidas em sua sazão) com a contínua estância no mar, e desencadernarem-se com as voltas da querena e grande peso de tamanhas carracas, calafetando-as por este modo recebem mal a estopa, por estarem úmidas e pouco enxutas; e quando depois, navegando, são abaladas de grandes marés e combatidas de rijos ventos, despedem-na, e abertas dão entrada à água, que as soçobra. E assim tem mostrado a experiência que quando esta danosa invenção se não usava fazia uma nau dez ou doze viagens à Índia, e agora com ela não faz duas (BRITO, 1998, p. 279-280).

Os artífices podem, também, ser negligentes na construção e no reparo das naus:

Acrescentam este dano os oficiais que as fazem ou consertam de empreitada (que em toda a fábrica é prejudicial), os quais, por apoupar em o tempo (já que não podem as matérias), não acabam cousa alguma como convém e se requer em obra de tanta importância, e assim deixam tudo imperfeito; e descobrindo na nau velha eivas e faltas que se remendaram bem sem perda sua, dissimulam com elas e enfeitam o dano de maneira que pareça bem consertado, e debaixo dele fica a perdição escondida e certa (BRITO, 1998, p. 380).

O descuido em relação à madeira é outro fator que poderia provocar a perdição das naus portuguesas:

Cortam-se também as madeiras fora de seu tempo e sazão, a qual é na Lua minguante de janeiro, pelo que são pesadas, verdes e dessazonadas, como tais torcem, encolhem e fendem, e desencaixam-se do seu lugar, com que, despedindo a pregadora e estopa, abrem, e com a umidade da água de fora e grande quentura da pimenta e drogas de dentro, logo se apodrecem e corrompem na primeira viagem; e assim basta uma só tábuia colhida sem vez para causar a perdição de uma nau. Tal devia ser a madeira desta, pois a sua quilha (base e fundamento de todas as naus) era tão podre que depois que a fúria dos mares arrancou o seu fundo donde estava e deu com ele à costa (com algumas peças de artilharia que nele ficaram) com uma cana de bengala a desfez Nuno Velho Pereira em pequenos pedaços (BRITO, 1998, p. 380).

Os navegantes não são menos culpados, diz Lavanha,

[...] importando-lhes mais, pois aventuram as vidas na nau, a qual carregam sem a necessária distribuição das mercadorias, arrumando as leves na parte inferior e as pesadas na superior, devendo ser ao contrário. E por enriquecerem brevemente, de tal maneira a sobrecarregam que passam a devida proporção da carga da nau, a qual excedida, é forçado que fique incapaz de governo, e que precedendo qualquer das cousas apontadas abra e se vá a pique ao fundo. E é esta tão forçosa que sem ela quase não bastam as outras a perderem uma nau, e esta sem elas sim, mostrando a experiência que algumas naus velhas, remendadas e consertadas com querena, vêm da Índia, porque não trazem nem a carga com que podem, e as novas com a sobrecarga se perdem (BRITO, 1998, p. 380).

Em suma, a cobiça pode causar a perdição da nau: por intermédio dos contratadores, que, para poupar gastos, recorrem à querena italiana; dos artífices, que, na construção e conserto das naus, cortam a madeira em tempo inapropriado ou remendam superficialmente as rachaduras; dos próprios navegantes, que sobrecarregam a nau e/ou distribuem a carga de maneira indevida.

João Batista Lavanha escreve alguns textos sobre arquitetura naval, na tentativa de orientar os arquitetos por meio de uma arte criada a partir da “grosseira prática dos fabricantes de navios”, enumerando e discorrendo sobre preceitos que pudessem orientar a construção das naus. Vários conhecimentos são requisitados: sabedoria, prudência, habilidade e competência discursiva. Além disso, é preciso entender de astronomia, para que o corte da madeira respeite às influências do céu; aritmética, para calcular os gastos e utilizar os recursos necessários; geometria, para a projeção e a construção das partes da nau; mecânica, para a criação de máquinas e aparelhos necessários à navegação. Quanto à construção de uma nau, a ideia deve ser formulada, inicialmente, pela imaginação. O projeto, na sequência, deve ser aperfeiçoado pelo entendimento e transposto para a planta, por meio da qual se emenda as falhas da imaginação. Não basta saber as medidas, é preciso preparar um modelo, que possa servir de exemplo para as construções. De acordo com Lavanha, se engana aquele que acredita poder construir uma nau somente com conhecimento das medidas.

As melhores madeiras, afirma Lavanha, provém da teca e do angelim, naturais da costa do Malabar. Em Portugal, deve-se priorizar o azinho e o sobro. Convém que a madeira seja rija, para resistir ao ímpeto do mar; enxuta, para não apodrecer; de sumo amargo e resinato, para evitar o busano (molusco que ataca a madeira não apenas das naus, mas também dos cais e embarcadouros); e brandas, para não estalarem depois de lavradas. É preciso observar, ainda, os sinais da natureza: as folhas e frutos muito comunicam sobre o interior das árvores, sua natureza. Por isso, convém recorrer às árvores de casca áspera, folhas crespas e fruto duro, pois oferecem uma madeira densa e forte; às árvores que crescem devagar, pois são mais fortes. O corte deve ser realizado no momento certo, preferencialmente, depois que dão fruto. Além disso, se acreditava que a maior proximidade da lua com a terra acarretava o levantamento de vapores, umedecendo e amolecendo os corpos a ela sujeitos (MICELI, 2008, p. 59-65).

Quando trata da sobrecarga, Amaral cita várias naus (*S. Lourenço, Reis Magos, Salvador, S. Tomé, S. Francisco dos Anjos, S. Luís, Santo Alberto, Nazaré, S. Cristóvão, S. Paulo, Nossa Senhora do Rosário*) que naufragaram entre os anos de 1585 e 1595. Foram 38 naus perdidas num espaço de 20 anos (1582-1602). Algumas por desastres, outras devido à cobiça decorrente da sobrecarga. Apontam-se duas grandes causas: partida tardia de Lisboa, causa da arribada, e partida sobrecarregada da Índia, causa de perdição (ambas são remediáveis, alerta Amaral).

No caso da *História Trágico-Marítima*, menciona-se a partida tardia dos galeões *São João*, que parte de Cochim em fevereiro de 1552, e *São Bento*, que desamarra da barra de Cochim em fevereiro de 1554, e das naus *Águia* e *Garça*, que partem de Cochim em janeiro de

1559. Embora não seja a causa fundamental dos incidentes ocorridos com as naus *Santa Maria da Barca*, *São Tomé* e *Santo Alberto*, todas elas não conseguiram partir de Cochim no mês de dezembro, por isso não puderam dobrar o cabo de Boa Esperança.

A enumeração das negligências cometidas ao longo da travessia marítima coaduna-se num projeto prudencial e providencial, pois valorizam a reta razão (na mesma medida em que censuram a sua falta) enquanto caminho conveniente na concretização da “política do céu”. Sacrificar-se, tombar em campo de batalha por uma causa nobre, valorizar o bem comum em detrimento das vontades particulares, navegar com prudência pelos mares bravios, temer a Deus, crer em Sua divina misericórdia: estas são algumas das ações associadas ao éthos prudente sobre as quais os narradores discorreram, como forma de deixar entrever não somente a miserável condição em que o homem poderia se encontrar, mas também a possibilidade de se compreender as venturas e desventuras da expansão portuguesa nos quadros de uma história salvífica da qual os portugueses seriam coautores.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução do grego de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

AUBENQUE, P. *A prudência em Aristóteles*. Tradução de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008.

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiveraõ as Naos de Portugal, depois que se fez em exercicio a Navegação da India. Tomo primeiro. Lisboa Ocidental: Officina da Congregação do Oratório, 1735.

BRITO, B. G. *História Trágico-Marítima*. Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiveraõ as Naos de Portugal, depois que se fez em exercicio a Navegação da India. Tomo segundo. Lisboa Ocidental: Officina da Congregação do Oratório, 1736.

CÍCERO, M. T. *Da República*. Tradução e notas de Amador Cisneiros. Livro primeiro, XVI. In: *Os pensadores*. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

COLEÇÃO DOS DOCUMENTOS, ESTATUTOS E MEMÓRIAS DA ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 216-235, 2009.

DOSSE, F. *A história*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

- FARIA, M. S. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1655.
- GRACIÁN, B. *A Arte da Prudência*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 1998.
- HANSEN, J. A. A máquina do mundo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Poetas que pensaram o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HANSEN, J. A. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo: Ateliê Editorial, Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- HANSEN, J. A. Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas. *Floema Especial* (UESB), ano II, n. 2, 2006.
- HARTOG, F. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- JASMIN, M. G. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- KOYRÉ, A. Aristotelismo e Platonismo na Filosofia da Idade Média. *Estudos de História do Pensamento Científico*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 22-45, 1991.
- LANCIANI, G. *Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- MACHADO, D. B. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Cronologica*. Tomo I. Lisboa: Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.
- MAQUIAVEL, N. *O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Hemus, 1996.
- MICELI, P. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, século XV e XVI)*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- MONIZ, A. M. A. *A História Trágico-Marítima: Identidade e Condição Humana*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- PERES, D. (org.). *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII*, vol. 1. Porto: Tipografia e Encadernação Alberto de Oliveira, 1937.
- PIRES, F.M.. Tucídides e Maquiavel: diálogos sobre a (in)utilidade e a (des)valia da história. In: SEIXAS, J.; CERASOLI, J.; NAXARA, M. (orgs.). *Tramas do político: linguagens, formas, jogos*. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- POLÍBIO. *História*. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SEBASTIANI, B.B. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico romano do século I a. C. In.: JOLY, F.D. *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

SENELLART, M. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SILVA, M. T. *História da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio Sylva, 1727.

SINKEVISQUE, E. Usos da ecfrase no gênero histórico seiscentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 45-62, 2013.

TEIXEIRA, F. C. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica de história. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, 2008.

TEIXEIRA, F. C. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325-349, 2007.

TEIXEIRA, F.C. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. *A prudência: a virtude da decisão certa*. Tradução, introdução e notas de Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIRGÍLIO. *Eneida de Virgílio*. Tradução de José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.